

A OBJECTIVIDADE E A SUBJECTIVIDADE NA HISTÓRIA BIOGRÁFICA E RELIGIOSA

Por **Fernando Peixoto**

(Doutorando em História Contemporânea – FLUP)

Abstract

We get the historical knowledge (the mediatized knowledge) from the experience (and revisit) of the living reality which is recovered and reconstrued by the historian. Necessarily selective before the events and the documents, the historian is compelled to confront them, opening spaces in his mind to interpretations eventually distinct from others made before. In progressive approaches he gets, at least, results more near to the truth. Been an issue of the historiographical work and the formation and personality of the historian, the final paper is also his historical truth, that is, it comes from the philosophic truth that imbues the historian.

Este é o relato da experiência em torno do que foi a nossa busca da objectividade no trabalho de investigação levado a cabo com a nossa dissertação de mestrado intitulada «DIOGO CASSELS uma vida em duas margens».

* Texto apresentado na Mesa Redonda organizada pelo CENPA (Centro de Estudos Norte de Portugal-Aquitânia), na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 22 de Fevereiro de 1996

Confessamos que não foi tarefa fácil. Mas também não será por falsa modéstia que deixaremos de reconhecer a convicção de termos alcançado, em parte, esse difícil objectivo.

Expliquemos, então, porquê.

A tese debruçou-se sobre a biografia de Diogo Cassels, um homem notável, sem dúvida, cuja obra passou à posteridade plena de relatos encomiásticos e mesmo eivada de lendas que a grata imaginação popular se encarregou de transmitir e ampliar. Era imperioso, pois, perceber o homem e as suas relações com a comunidade em que se inseriu, expurgando o conhecimento já existente dos ornatos da lenda. Valeu-nos sobretudo o exemplo de Lucien Febvre, que mantivemos sempre à mão e sempre presente e que, a propósito do seu estudo sobre Martinho Lutero, escreveu: «uma biografia de Lutero? Não. Um juízo sobre Lutero, tão-pouco». Que queria, afinal, Lucien Febvre? Apenas «pôr assim, a respeito de um homem de singular vitalidade, esse problema das relações do indivíduo e da colectividade, da iniciativa pessoal e da necessidade social que é, talvez, o problema capital da história»¹.

Necessariamente descontadas as proporções (tanto em relação aos biografados como em relação aos historiadores), foi também o que buscámos fazer.

1. O conhecimento histórico

É já um lugar comum – que por vezes se teima em ignorar – dizer-se que o conhecimento histórico é um *conhecimento mediatisado*, isto é, faz-se numa forma mediata, por meio de vestígios do passado que o historiador procura, hoje, no terreno da investigação. Há assim um real vivido (e revisitado) que é recuperado e reconstituído pelo Historiador.

Tal como não há factos em bruto, também não há uma realidade em bruto. Também ela, a realidade, é apreendida através da reconstituição do historiador. Com os dados que possui, estabelece conjuntos ordenadores, inserindo-os numa linha de continuidade na qual se veja e perceba a evolução, um encadeamento que vai fluindo...

¹ *Martinho Lutero, um destino*, Porto, Livraria Asa, 1994, p. 11

O passado existiu, foi uma realidade objectiva e os vestígios que deixou são eles próprios dados objectivos, reflexos dessa realidade (o jornal *Egreja Lusitana*, os templos, alguns – poucos – documentos pessoais de Diogo, os seus escritos, etc.). É, pois, com este material que o historiador vai construir séries de dados que insere num contexto temporal. Aduz-lhe ainda os testemunhos contemporâneos, os favoráveis e os desfavoráveis, bem como o estudo do tempo social, político, económico e cultural em que se desenrolaram os factos do objecto estudado (Diogo Cassels, para o caso presente), estabelecendo deste modo uma rede de relações através de um trabalho operatório de verdadeira hermenêutica factual e sociológica.

O acto de conhecer, que passa pela interacção do sujeito (que conhece) e do objecto (que é conhecido), materializa-se assim por uma representação cognitiva ou, como pretende Adam Schaff, por um processo no qual o historiador vai ultrapassando as sucessivas tensões entre a subjectividade e a objectividade, «através da acumulação das verdades relativas»².

1.1 – Análise e selecção dos factos e dos documentos

Talvez a maior surpresa no decurso do nosso trabalho foi o constatarmos a exiguidade da documentação existente, implicando um menor conhecimento dos factos acontecidos na vida de Cassels. Ao mesmo tempo, a parcialidade de alguns depoimentos escritos implicava grandes cuidados de interpretação.

Quando o historiador reconhece a exiguidade dos factos e dos documentos que os atestam, mesmo nestes casos, ele não pode pretender amontoá-los todos, como fariam os seus colegas oitocentistas. O historiador é necessariamente selectivo e vai erigir entre eles aqueles que, em seu entender, são os mais importantes, isto é, os factos que, para si, confirmam (ou infirmam) a tese que se propôs defender. Isto porque toda a investigação histórica é um trabalho de tese, mesmo quando – como no nosso caso – se trata da biografia. E não raro o historiador inverte mesmo o sentido das suas interpretações, quando os factos lhe demonstram o erro da orientação anteriormente seguida. De onde, necessariamente, o carácter sempre

² Adam Schaff, *História e Verdade*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Estampa, 1977, p. 81 e *passim*.

contingente – e relativo – da verdade, que persegue o labor historiográfico. Recordando Carr, o historiador tem assim «a dupla tarefa de descobrir os poucos factos significativos e transformá-los em factos da história, rejeitando como não históricos a imensidão de factos insignificantes»³.

Concordamos que nem sempre é fácil – e numa biografia será provavelmente ainda mais difícil – seleccionar os factos a rejeitar. Na história de um povo, de um país será certamente mais fácil identificar e isolar os tais factos considerados insignificantes. Mas quando se trata de um homem, do ser individual, nunca se sabe verdadeiramente se um pequeno incidente, um mero pormenor não terá desencadeado nesse homem um manancial de problemas ou de reacções. É, pois, necessário, redobrar os cuidados, não extrapolando nem generalizando, à partida, factos ou documentos com âmbitos ou direcções claramente delimitados. É de novo Carr quem nos alerta, quando escrevia que «nenhum documento nos pode dizer mais do que aquilo que o seu autor pensou»⁴.

Vejamos um exemplo: se analisássemos os conflitos ocorridos entre Moreton e Cassels, apenas através da correspondência do primeiro, seríamos coagido a interpretar Cassels como um irreverente, quase um *free-lancer*, eivado de tradição romanista nas opções litúrgicas que defendia para a Igreja Metodista. E isto, naturalmente, implicaria que apenas uma pequena franja do circuito metodista se aliasse a Cassels, caso este saísse da Igreja, como veio a acontecer. Ora, aquilo a que se assistiu foi algo bem mais complexo. Não só saíram da Igreja Metodista mais de metade dos elementos, como alguns dos que ficaram permaneceram, mesmo assim, a ajudar economicamente a comunidade religiosa do Torne, dirigida por Cassels.

Se, por outro lado, déssemos carta de alforria à nossa simpatia inicial por Diogo Cassels e pelo «mito» consubstanciado pelos relatos apologéticos, tenderíamos a isentar Diogo das culpas que inegavelmente também lhe cabem na fracção provocada no movimento protestante nascente no Porto e em Gaia.

Nada, hoje, nos permite duvidar da convicção com que Moreton acreditava na superioridade da sua influência em confronto com a do seu correlegionário de Gaia. E, portanto, é para nós pacífica a autenticidade de Moreton expressa pelas suas cartas. Mas os

³ E.H. Carr, *Que é a História?*, Lisboa, Gradiva, s/d, p. 13.

⁴ *Ibidem*, p. 14.

factos posteriormente ocorridos provaram o contrário e só foi possível detectá-los através do confronto com a documentação entretanto compulsada. Assim, a argumentação então usada por Moreton constituiu uma parte da verdade, «aquilo que o seu autor pensou», mas o conhecimento da verdade é mais complexo e frequentemente exige o cotejo com outras verdades parcelares para se constituir numa totalidade credível.

Podemos, entretanto, interrogar-nos: qual dos dois, afinal, tinha razão? O facto de a maioria ter acompanhado Cassels, não significa obrigatoriamente que a razão lhe assistisse por inteiro. As razões que motivaram os pleitos em que se envolveram, tinham efectivamente sustentáculos sólidos para ambos. O que explica os conflitos é precisamente a diversidade de pontos de vista que os dividia. Enquanto Moreton se batia pela fidelidade aos princípios mais ortodoxos da igreja wesleyana, Cassels entendia dever seguir uma estratégia de equilíbrio entre a novidade que era a prática metodista e a tradição católica que ainda impregnava a maioria dos prosélitos, evitando uma ruptura brusca e violenta. Todavia, mesmo a ortodoxia de Moreton, tinha os seus pontos frágeis e, em certos aspectos, colidiam, paradoxalmente, com a ortodoxia de Cassels. É o caso, exemplar, do rebaptismo. Moreton carece de orientações firmes de Londres para não se embrenhar na complexa teia dos rebaptismos, por oposição a Diogo, que desde sempre se bate pelo reconhecimento desse sacramento, tenha ele sido ministrado por católicos, baptistas ou outros.

A missão do historiador assenta, assim, neste cotejo permanente, abrindo espaços mentais para interpretações eventualmente contraditórias com aquelas que anteriormente formulara.

Se os factos e os documentos constituem a matéria-prima do historiador, radica na sua formação, personalidade e sensibilidade, a capacidade de interpretação dos acontecimentos, assumindo-se o produto final, a obra historiográfica, como consequência do labor investigativo, a tese que se propõe como ponto de partida para o devir.

1.2 – A História e o método biográfico

«O método biográfico pretende atribuir à Subjectividade um valor de conhecimento. Uma biografia é subjectiva a vários níveis. Lê a realidade social do ponto de vista de um indivíduo historicamente deter-

minado. Baseia-se em elementos e materiais na maioria dos casos autobiográficos, e, portanto, expostos às inúmeras deformações de um sujeito-objecto que se observa e se reencontra». Franco Ferrarotti⁵.

Uma das questões que o historiador deve sistematicamente colocar-se, perante a série de acontecimentos que lhe são dados estudar e mediante os quais elabora o «retrato» – que pretende total – do biografado, é saber o que aconteceria ou como reagiria o seu biografado, caso um dado acontecimento se tivesse desenrolado de forma diferente. São os tais quadros imaginários, o «*phantasiebilder*» de que falava Max Weber, com os quais se correm riscos, sem dúvida, mas que são preferíveis, de longe, às «certezas» superficialmente adquiridas, quando se observam os acontecimentos com os olhos vendados pela ausência de interrogações.

Na documentação compulsada para a biografia de Cassels, percebe-se a existência de múltiplos conflitos, tal como é notória a barreira que sistematicamente lhe é imposta pelos seus correligionários à admissão de novos elementos como seus coadjuvantes, fossem eles Augusto Nogueira ou o Pe. Nascimento das Neves. O estudo permitiu, entretanto, perceber que as razões assentavam no receio que Cassels se sentisse mais aliviado de tarefas e, portanto, mais disponível para se bater pela sua «dama» de sempre, isto é, uma Igreja Lusitana velho-católica. Na óptica dos seus companheiros do Sínodo, sobretudo Santos Figueiredo, o reforço da comunidade evangélica de S. João Evangelista, que inevitavelmente se verificaria com o contributo do Pe. Nascimento (um prestigiado egresso do catolicismo), poderia arrastar aquela comunidade para um confronto mais aceso com as posições que o Sínodo vinha estabelecendo, isto é, a tentativa de uma maior aproximação à Igreja Anglicana, assumindo-se já claramente como Igreja Protestante. Ora, este confronto era de todo inconveniente e prejudicial.

Pergunta-se então: se tivesse sido outra a posição do Sínodo, se este permitisse a Cassels libertar-se um pouco mais das tarefas que estoicamente desempenhava na sua comunidade, apesar da propecta idade que já então o condicionava, como teria reagido Diogo?

Conjecturar pode não ser um método científico, mas constitui certamente um meio de análise psicológica imprescindível para melhor se conhecer um indivíduo.

⁵ Cit. por Tito Agra Amorim, *Encontros de Teatro na Escola. História de um Movimento*, Porto, Porto Editora, 1995, p. 7.

E assim, de conjectura em conjectura, de pergunta em pergunta, elaborando os referidos quadros imaginários, o historiador vai-se aproximando do conhecimento em abordagens sucessivamente mais próximas, atingindo, se não certezas, pelo menos aproximações cada vez mais credíveis da verdade.

Eis a estratégia em que acreditamos quando se trata de história biográfica, talvez um dos ramos mais complexos que se colocam ao historiador, sobretudo pelo risco que envolve de encobrir a subjectividade imanente ao próprio objecto de estudo – o sujeito biografado –, sob a diáfana capa da «objectividade documental».

2. A objectividade/subjectividade – na história religiosa

É possível ser-se objectivo? Em que medida é possível ultrapassar a subjectividade? E como responder a estas questões na história religiosa?

Da nossa experiência, também ela relativa, pensamos que se impõe ao historiador alcançar um grau de objectividade susceptível de credibilizar os seus estudos e propostas, para o que será imprescindível ser ele próprio um ser socialmente integrado, culturalmente informado e ideologicamente isento. O que não significa, de modo nenhum, que seja um elemento neutro no processo do conhecimento. Se a isenção é possível, a neutralidade constitui um sofisma. É por isso que nem Adam Schaff nem Paul Ricoeur, por exemplo, acreditam no historiador que se reclama da «total subjectividade», optando o primeiro pela distinção entre a «subjectividade boa» e a «subjectividade má» e o segundo distinguindo dois tipos: a «subjectividade lógica» e a «subjectividade ética».

À impossibilidade duma verdadeira objectividade em História, defendida por Marrou, contrapõe Paul Veyne os vários limites a que ela está sujeita e se a documentação é um deles («não podemos fazer dizer à história mais do que dizem as fontes»)⁶, o segundo e talvez o limite mais determinante será certamente o da própria experiência pessoal do historiador: «a história não tem método, dado que não pode formular a sua experiência sob forma de definições, de leis e de regras»⁷.

⁶ Paul Veyne, *Como se escreve a História*, Lisboa, Edições 70, (1983), p. 30.

⁷ Idem, *Ibidem*, p. 195.

Ora, na história religiosa, esta questão da experiência pessoal do historiador é, provavelmente, mais substantiva, porque, como alerta Paul Veyne, dificilmente estarão de acordo dois historiadores, se um deles foi mais marcado pela herança de Le Bras e o outro despertou para a fé através do misticismo de Santa Teresa⁸.

Em História, o conhecimento é objectivo e é atingível na medida em que é o mais completo possível, mas não deixa de ser, em parte, também subjectivo, dado que é sempre um conhecimento mediatizado. E, como a verdade não é absoluta, total, eterna, o conhecimento que se tem sobre a realidade é sempre relativo e parcial, mas numa parcialidade em espiral, cuja verdade se vai obtendo pela ultrapassagem de verdades anteriores. *Relativo*, pelos meios de que o historiador se serve, e *parcial* porque tem a possibilidade de integrar novas informações, novas análises, novas visões, novas perspectivas.

Se um homem é sempre um produto e um produtor de cultura será utópico imaginá-lo, mesmo quando historiador, completamente despido das influências que o *marcam*, tal como o sistema de valores em que se integra, a própria língua em que se exprime, a cultura que o molda e, particularmente em história religiosa, as suas opções religiosas, sejam elas de crente, de ateu ou mesmo de agnóstico.

O factor subjectivo tem imenso a ver, também, com a posição espiritual do historiador.

A transferência de Guilherme Dias, da Igreja Metodista para a Igreja Lusitana, pode ter várias leituras, consoante a posição em que o historiador se coloque e mediante os testemunhos que se decidir aceitar. Vejamos três hipóteses possíveis de leitura:

- 1 – Guilherme Dias sai da Igreja Metodista, onde se encontrava sob a superintendência de Moreton, para usufruir do seu próprio espaço: ao periódico *A Reforma*, que era já seu produto quase exclusivo, aduziria agora o templo do Redentor, colocado nas suas mãos por Diogo Cassels, o verdadeiro proprietário do imóvel, e assim poderia desenvolver o seu trabalho, numa comunidade alimentada e incentivada pelas suas notáveis capacidades de pagador;

⁸ *Ibidem*, p. 195.

- 2 – Guilherme Dias sai por amizade a Diogo e, provavelmente também, por gratidão a um amigo que nunca o desamparou, mesmo nos momentos de maior dificuldade económica da sua vida pessoal. Se atentarmos no facto que, mesmo no auge dos conflitos entre Moreton e Cassels, Dias persistiu em apoiar Cassels no Torne e no Marco, o que provavelmente não agradaria muito a Moreton, percebe-se esta «passagem» como consequência natural.
- 3 – Guilherme Dias, egresso da Igreja Católica Romana, transfere-se para a Igreja Lusitana, então expoente maior – e organizado – da tendência velho católica, porventura mais próxima das raízes teológicas de Guilherme Dias do que o Metodismo. E não parece lícito ver no notável polemista uma maior acentuação na inclinação protestante em detrimento da inclinação velho-católica. As suas posições mais polémicas, desde a *Resposta à Instrução Pastoral do Bispo D. Américo* até aos textos d'*A Reforma*, que por mais de uma década produziu, só com muito boa vontade permitirão encontrar uma propensão clara para o protestantismo, pelo menos nessa época.
- 4 – Finalmente, a crer exclusivamente em Moreton (via Aspey), seríamos inclinado a pensar que a passagem se deveria às sistemáticas «aflições» de Guilherme Dias com os gastos excessivos da esposa, ex-actriz de teatro, vendo assim na Igreja Lusitana e na sua gestão da capela do Redentor uma forma de melhor ultrapassar essas dificuldades.

Vimos, desta forma, várias hipótese explicativas para o gesto de Guilherme Dias da Cunha. Qual delas será, então, a mais próxima da realidade?

O historiador que tem sobre o tema do seu estudo uma posição espiritual prédefinida, terá naturalmente de manter bem mais apuradas as suas cautelas. É que nem sempre basta ao historiador a distância temporal que o separa dos factos. Uma leitura menos cuidada da obra de Aspey poderia levar-nos à conclusão que a saída de Guilherme Dias teria ficado a dever-se à vida economicamente difícil que a esposa «perdulária» lhe criava. Porém, se não podemos desperdiçar este argumento, muito menos nos é lícito ignorar os res-

tantes. A biografia e a obra que dele conhecemos, impõe-nos, no mínimo, o respeito suficiente para o considerarmos como alguém que era mais fiel aos princípios do que ao imediatismo do mero interesse material. Daí acharmos bem mais conveniente que a posição do historiador assente na preocupação do levantamento dos factos, na explicação das suas relações, na busca de uma interpretação, cuidando sempre em que não há teses definitivas, mas apenas propostas de trabalho para um processo contínuo que é a História em Construção, tanto mais que, como escreveu Michel Foucault, «a História mostra que tudo o que é pensado o será ainda por um pensamento que ainda não veio à luz»⁹.

Por mais que se tente, é impossível ignorarmos a importância do factor subjectivo que o sujeito inevitavelmente introduz no processo do conhecimento e que é inerente à sua própria natureza humana, social e cultural. Isto, porém, não impede que a *verdade* que produz seja objectiva. Ou é verdade e, logo, objectiva, ou é falso. Como diz Adam Schaff, «não pode haver outra verdade que não seja objectiva», embora se reconheça que há verdades absolutas (2+2 são quatro) e verdades relativas, como «hoje está frio» ou «aquele verão foi muito quente», verdades conceptuais decorrentes de necessidades operatórias.

Aqui, pode e deve o historiador ter a sua opção interpretativa, mas é legítimo que coloque as outras opções possíveis, sem o que o leitor não poderá ter acesso à verdade. Temos, assim, o caminho para a objectividade, mesmo que intervenha o factor subjectivo do historiador, que ninguém tem o direito de condenar.

Conclusão

O factor subjectivo, impossível de erradicar, é superável, se tivermos em conta o carácter cumulativo do saber, o qual se enriquece pela acumulação de verdades parciais, passando do conhecimento individual ao conhecimento considerado como um processo social, isto é, o conhecimento como consequência (e consciência) da superação de verdades anteriores. Assim, impõe-se uma consciência do condicionamento social e das limitações subjectivas do conhecimento. Isto levou a que alguém tivesse escrito que «os historiadores

⁹ *As Palavras e as Coisas*, Lisboa, Edições 70, p. 408.

não mentem, mesmo quando sustentam discursos diferentes, às vezes mesmo contraditórios».

A biografia histórica impõe, naturalmente, condições e limites variados e até exigentes, muito mais quando condicionada por cambiantes religiosas, sendo fundamental a perspectiva do historiador. Embora os factos enunciados e seriados possam ser os mesmos entre vários historiadores, o relevo da sua importância é já criação do historiador, tem sobretudo a ver com a sua formação e personalidade, condições essenciais para a sua aventura interpretativa.

O conhecimento total e definitivo é uma utopia ou, como afirmou Paul Veyne, «a história é conhecimento mutilado». Mas a história pode e deve ser objectiva se, parafraseando Ricoeur, não procura «reviver» o passado, mas antes reconstituí-lo metodicamente.

Juan Clemente Zamora escreveu que «não somente cada indivíduo interpreta a história de acordo com as suas ideias, simpatias e preconceitos, como cada época tem também modos especiais de interpretar e de explicar os factos do passado»¹⁰.

Em História é imprescindível comparar os dados, os factos e os documentos, tanto quanto as opiniões de quem com eles trabalha (ou trabalhou) e, o que daí resultar será sempre a verdade da história, que decorre inevitavelmente da verdade da filosofia que impregna o historiador.

O historiador deverá, no seu trabalho, ter sempre presente o que escreveu Espinosa e que citamos como conclusão:

«Interessam-me os actos humanos, não para rir-me deles, nem para deplorá-los, nem sequer para os detestar, mas simplesmente para compreendê-los».

¹⁰ *O Processo Histórico*, 6ª ed., Lisboa, Livraria Renascença Editora, s/d., p. 26.

